

PUBLICISTAS

# Tensões entre Estado desenvolvimentista e agências reguladoras

Há receio de que o novo governo ressuscite políticas econômicas e práticas institucionais ultrapassadas

MARIANA MOTA PRADO



Edifício-sede do BNDES no Rio de Janeiro. Crédito: Fernando Frazão/Agência Brasil

Semana passada, o anúncio de que **o economista Aloizio Mercadante era o indicado para o BNDES** foi duramente criticado. De um lado, **há quem argumente que a nomeação viola a Lei das Estatais**, que veda a nomeação de pessoas envolvidas com partidos políticos ou em campanhas eleitorais para cargos em empresas estatais. De outro, muitos manifestaram preocupação com o risco de o governo eleito embarcar novamente em uma política de promoção de campeões nacionais, que é **apontada como totalmente equivocada** por diversos economistas.

O buraco, todavia, é mais embaixo. A nomeação não aponta apenas para o risco de um retorno a uma política de campeões nacionais, mas sinaliza também que o governo poderia abraçar novamente políticas desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo, em geral, é distinto do controle do Estado sobre a economia porque há intervenções estatais, mas essas ocorrem no contexto de um sistema capitalista de produção. Através de política industrial, incentivos fiscais, subsídios diretos, e às vezes controle acionário, muitas dessas intervenções distorcem dinâmicas de mercado na busca de um objetivo econômico pré-determinado.

Há debates sobre a efetividade das políticas desenvolvimentistas, mas é preciso considerar também as implicações institucionais de um Estado desenvolvimentista. Há quem argumente que o Estado desenvolvimentista existe apenas em regimes autocráticos, enquanto outros acreditam que ele é compatível com sistemas democráticos. Enquanto há exemplos de países que conciliam o Estado desenvolvimentista com processos eleitorais, a questão fica um pouco mais espinhosa quando se tenta reconciliar tal Estado com práticas de transparência, imparcialidade e proteções de minorias (como argumentei **aqui**).



**Jornalismo**  
SOB DEMANDA

**Inteligência política e jurídica para empresas**

**Saiba mais**

**JOTAPRO**  
Poder

As tensões entre o Estado desenvolvimentista dos governos anteriores do PT e as agências reguladoras ilustra bem o problema. A implementação de políticas desenvolvimentistas não se coaduna com as instituições adotadas durante o processo de privatização. Com influência do Consenso de Washington, as agências reguladoras foram concebidas dentro de um modelo neoliberal de atuação do Estado na economia. O Estado desenvolvimentista não subscreve esses pressupostos neoliberais. Portanto, a tensão era inevitável. A cuidadosa **análise empírica de Mariana Batista da Silva** mostra que a partir de 2003 as agências reguladoras brasileiras sofreram medidas que reduziram significativamente sua independência e efetividade. Essas medidas incluíram cortes orçamentários, renúncias e vacâncias (cargos vagos que não foram preenchidos).

Como argumentou **Floriano de Azevedo Marques nessa coluna**, espera-se que o novo governo reverta o desmonte das agências reguladoras que ocorreu durante o governo Bolsonaro. Todavia, o histórico dos governos do PT, aliado agora à nomeação de Mercadante, não parecem indicar que estamos caminhando na direção certa. O mundo todo está em busca de um **novo equilíbrio entre Estado e mercado**, mas isso requer arranjos inovadores e não antigas práticas (tanto neoliberais quanto intervencionistas) que já se mostraram ineficazes.

---

**MARIANA MOTA PRADO** – Professora de Direito e Titular da Cátedra William C. Graham em Direito e Desenvolvimento Internacional na Universidade de Toronto (Canadá). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e Mestre (LL.M.) e Doutora (J.S.D.) em Direito pela Universidade Yale (EUA)